

PARA ALÉM DE UM SUPOSTO “PIONEIRISMO ALEMÃO”: A CONSTITUIÇÃO DOS SERRANOS NA REGIÃO DE SANTA CRUZ

João Paulo Reis Costa¹

¹ João Paulo Reis Costa. Historiador. Especialista em História do Brasil. Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC). Doutorando em Desenvolvimento Regional no PPGDR – UNISC. Contato email - joapauloreiscosta@gmail.com

RESUMO

Esse artigo busca trazer a discussão regional sobre a formação e composição social da região de Santa Cruz do Sul, buscando uma visibilização de grupo sociais importante para a formação regional, nesse caso aqui os Serranos. Parte de uma análise sobre a construção narrativa de um suposto “pioneirismo” germânico na região de Santa Cruz, a partir da colonização europeia na região iniciada em meados do século XIX, nesse caso pós 1849, ano da implantação da colônia de Santa Cruz, uma das mais importantes do país, na época. Inicialmente tentamos localizar essa região no espaço e no tempo, dando maior ênfase na serra da região de Santa Cruz, que delimitamos como região para podermos analisar esse objeto estudado. Os documentos buscam mostrar a multiplicidade de povos que constituem historicamente essa região e que ficam a margem da história oficial, bem como das suas narrativas ou que reafirmam essa situação de discurso formativo único da região de Santa Cruz. Nesse caso, a Serra e a formação da população Serrana, na região de Santa Cruz, a partir do século XIX aparecem em registros históricos como integrantes dessa região. Não obstante, esse processo de construção social de uma narrativa a cerca de uma região, estar vinculada a um grupo étnico específico, produz no imaginário coletivo, uma série de populações marginais, que não são incorporadas na narrativa oficial, sendo deixada “a margem” dos processos de inclusão social e até mesmo de visibilidade social enquanto grupos humanos. Palavras – chave: desenvolvimento regional, serranos, populações marginais.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo traz uma síntese das reflexões que fiz durante a Especialização em História do Brasil - UNISC em 2007, onde apresentei a monografia: A Revolução Federalista na região de Santa Cruz: A atuação dos Serranos de Zeca Ferreira. No qual tratamos de um tema referente à história regional, mais especificamente sobre a composição histórico-étnica-cultural da região de Santa Cruz (parte do Vale do Rio Pardo / RS, atualmente) buscando contribuir com a inclusão na historiografia regional do Vale do Rio Pardo, um grupo humano importante, seja social, econômica e / ou culturalmente ao longo da história da Região: Os Serranos.

Trata-se de evidenciar nesse artigo a formação e constituição desse grupo social, que quase não aparece na história oficial da região do Vale do Rio Pardo, que data da existência de ocupação desse território somente a partir da chegada dos imigrantes europeus, deixando outros contingentes humanos de fora dessa narrativa. Trazendo a luz da narrativa histórica essa população em questão, compreendendo que “cada texto exprime ao mesmo tempo mais e menos, em todo caso outra coisa do que realmente passou, nesta diferença reside a diversidade das explicações possíveis”. (NICOLAZZI, 2005, p.155).

2 A região de Santa Cruz

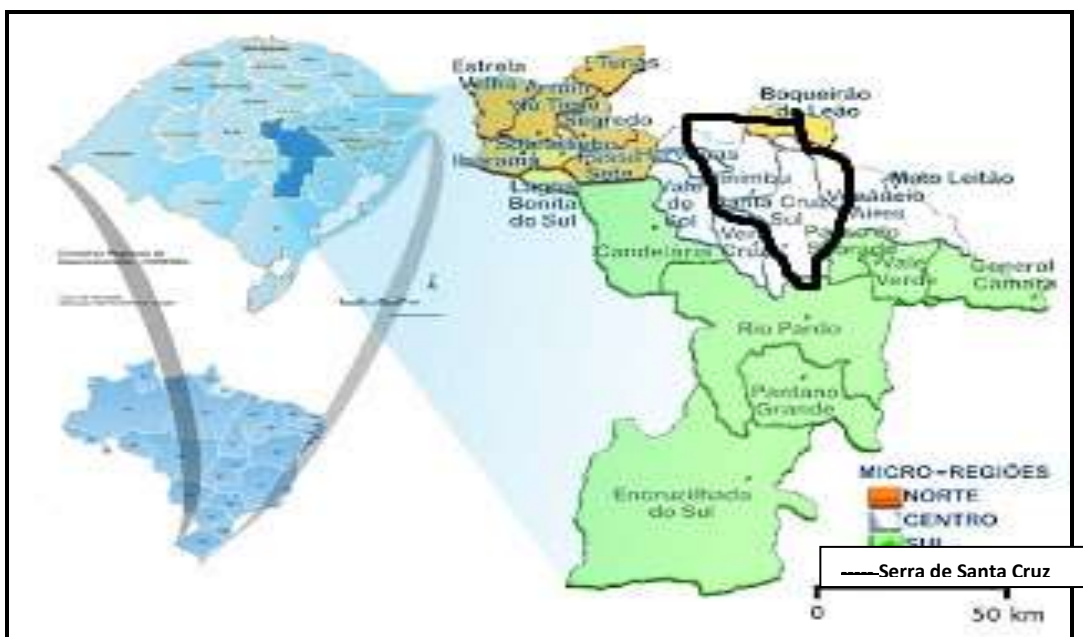
Começamos por esse recorte da definição dessa região a “região Serrana de Santa Cruz”, que abrange os atuais municípios de: Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Vale do Sol, Venâncio Aires, Sinimbu, Boqueirão do Leão, Herveiras e Gramado Xavier, estes últimos, todos pertencentes (senão totalmente, boa parte) ao município de Santa Cruz do Sul até suas emancipações. Compreendemos que a Região é sempre um recorte espacial para tentar compreender algo e as diversas relações estabelecidas nesse determinado espaço, consistindo numa construção imaginária, mas nunca neutra ou imparcial, pelo contrário, pois regionalizar é uma forma de definir um campo de percepção e/ou de atuação. Ou seja, “a região, esta particularidade dinâmica, continua a desafiar os geógrafos em sua tarefa de tronar inteligível a ação humana no tempo e no espaço” (CORRÊA, 1997, p.194), por isso esse recorte delimita esse campo de atuação dos Serranos.

Assim, essa região delimitada, permite que possamos alinhar uma narrativa de história regional, identificando uma potencialidade nesse território a partir da composição de suas gentes ao longo da história dessa região. Porque “mais do que base física, um território traz a marca de gerações que ali viveram e trabalharam, é resultante dos embates políticos, econômicos e sociais que se travaram entre os seus habitantes” (ETGES, 2005, p.12).

Conforme podemos perceber, situamos a Serra de Santa Cruz nesse cenário regional, onde “[...] a “SERRA” ou “CIMA DA SERRA” compreende as bordas do Planalto Médio, numa escarpa acentuada em direção a Depressão Central do RS na porção conhecida por Serra do Botucaraí. Abrange a parte centro-norte de Sinimbu

em sentido sul-norte e a parte centro-sul de Barros Cassal, em sentido leste-oeste por uma área muito ampla, desde o litoral até o interior” (KLAFKE, 1995, p.17).

Figura 01. Vale do Rio Pardo, com destaque para a região de Santa Cruz, em questão



Fonte: Elaborado pelo autor.

Compreendemos que a Serra uma área relativamente extensa e importante no contexto regional, devido ao expressivo contingente humano que vai compor essa região: o que denominamos de Serranos, devido à localização de suas moradias, na “Serra de Santa Cruz”, como bem define o geógrafo Mauro Klafke, mais adiante. Bem como vale destacar também, as relações sociais e econômicas que estes Serranos estabelecerão ao longo dos tempos, principalmente a partir de meados do século XIX, com a sede de Santa Cruz dos tempos de Vila, essencialmente pela produção de Erva-Mate e até hoje, pois essa área contribui significativamente com a produção de tabaco, principal produto da economia regional e apresenta um potencial interessante de consumo de serviços na cidade de Santa Cruz do Sul.

Então é nessa região de Santa Cruz que viverão essa população de Serranos, “desgarrados em relação ao povoamento oficial do RS, quer na Campanha, quer nas colônias. Os Serranos têm como atividade principal a coleta de erva-mate, que comercializam desta região de ervais, onde hoje se situa Gramado Xavier, com Santa

Cruz do Sul e até Rio Pardo” (KLAFKE, 1995, p. 16). Havendo ali uma vivência própria de quem está retirado de um centro maior, comercializando entre si e por necessidade, contatando a Vila de Santa Cruz.

É de suma importância compreender que essa “Serra” ou “área Serrana” não fez parte do processo da instalação da colônia de imigrantes germânicos¹, que se estabelecerá na sede da Vila de Santa Cruz a partir de 1849, nas margens do Rio Pardinho, uma área plana e considerada própria para a prática agrícola e pela abundância de água. Tampouco, a “Serra” se enquadra nas áreas de estabelecimento dos latifúndios escravocratas de Rio Pardo ao Sul e de Soledade ao norte do estado, situando-se nesse território de entre meio. Praticamente “esmagada” pela Colônia de imigrantes germânicos e o latifúndio dos campos de Soledade, caracterizando esse espaço pontualmente e imprimindo a este, sua forma de viver, produzir e ocupar esse espaço. Pois, “à medida que a sociedade vai se apropriando de determinado território, ela vai imprimindo suas marcas [...] mais ela vai moldando o território, visando atender suas necessidades ou interesses”. (ETGES, 2001, p. 353).

O certo é que aos poucos esta área (a Serra) vai sendo paradeiro de pessoas que se dedicavam a atividades de sobrevivência, basicamente de pequena agricultura, coleta de vegetais, [...] recolhimento de pinhão e erva-mate, a pesca e caça eram abundantes nessa região (KLAFKE, 1995, p.17), estabelecendo um estilo de vida próprio, com suas preocupações, cultura e necessidades particulares. Devido à produção de erva-mate², esse contingente humano aparece na historiografia também com a designação de “ervateiros”. Esses “Serranos ou ervateiros, que viviam do produto de pequenos roçados ou extração e venda de erva-mate nativa, a serviço ou não de latifundiários; permutavam também couro e pedras semipreciosas por sal, tecidos e outros objetos de sobrevivência” (FIRMBACH, 1995, p. 15).

¹ Utilizo o termo “imigrantes germânicos” e não “imigrantes alemães”, como grande parte da historiografia, por entender que a Alemanha só passa a existir como estado oficial a partir da sua unificação em 1871.

² Pra quem se interessar no tema recomendo a leitura de: ECKERT, José Paulo. “Athe a completa extinção”- *Quilombos em regiões florestais e a luta por liberdade no extremo sul do Brasil (Rio Pardo- séc. XIX)*.

4 A Serra, os Serranos e as narrativas

Definimos assim o território mais específico de nosso estudo: A região da Serra de Santa Cruz, bem como a população a ser estudada: Os Serranos, que nessa região habitam. Temos assim, coexistindo na mesma região: a colônia de imigrantes germânicos situada na sede da vila de Santa Cruz após 1849 e a população Serrana ao norte da Vila, se constituindo já num processo anterior a esse período. Portanto, dois grupos bastante distintos, mas que tem relação intensa, principalmente por causa da erva-mate processada pelos Serranos e comprada pelos comerciantes de Santa Cruz. Conforme Menezes, a erva-mate era um produto importante para a economia da Vila, “chegando à produção de mais de 350 mil arrobas entre os anos de 1878 – 1895” (MENEZES, 2005, p. 83-273).

Chegando a uma produção de mais de 20 mil arrobas por ano, sendo uma produção relativamente alta para os padrões da época e levando em conta que essa erva-mate vinha através de transporte de muares, basicamente. O que sem dúvida é uma quantia relevante, tendo em vista que o acesso entre a vila de Santa Cruz e a Serra era muito precário, se dando através de picadas pelo meio do mato, numa área de morros e cortada por vários pontos de água, entre rios e sangas. Situação essa que ainda se encontrava bem debilitada até cinco anos atrás, devido aos extensos quilômetros de estradas de chão, num terreno bastante acidentado, situação parcialmente resolvida com a construção do “corredor de exportação” do eixo norte da BR-471 (RSC 153), que liga os municípios atuais de Barros Cassal a Santa Cruz do Sul.

Essa relação entre Serranos e imigrantes germânicos, de um modo geral, vai se configurar ao longo da história de forma relativamente complicada, pois o estranhamento de ambos os lados muitas vezes vai chegar proporções de grande violência. Pois de um lado os imigrantes - colonizadores, que bem ou mal tem chancela do Estado no século XIX, sendo caracterizada como oficial. De outro lado uma população Serrana desgarrada, vivendo numa área que não é minimamente atendida por esse Estado e muitas vezes nem reconhecida, além de ser formada por uma diversidade cultural e étnica expressiva. Especialmente por populações indígenas que já habitavam a Serra e por outros que vão ser deslocado das margens do Pardinho para dar lugar a então Colônia, além de escravos fugidos do latifúndio

escravocrata de Rio Pardo, bem como os fugidos dos campos de Soledade, que se “aquilombam” na Serra, por ser área intermediária a estas. E ainda outros grupos humanos, inclusive descendentes de germânicos e mais tarde italianos, que se deslocam pra Serra, por não encontrarem mais lugar “disponível” para se estabelecer nas colônias oficiais de Santa Cruz e Caxias.

Assim, essa composição das gentes da Serra vai gerar na historiografia regional uma série de narrativas, que atentam para essa população de forma pejorativa, num contexto de necessidade de civilidade, pois se caracteriza os Serranos como sendo “precedentes de várias regiões do Planalto, como Passo Fundo, Veranópolis e principalmente Soledade, formaram um contingente humano de atuação anti-social e agressiva aos municípios de Santa Cruz, Venâncio Aires, Lajeado e Estrela, além de Arroio do Meio, Encantado e Teutônia” (FIRMBACH, 1995, p. 15). Aqui a caracterização de anti-social e agressivo, dão aos Serranos um lugar nesse contexto, bem especificado na reflexão de Firmbach.

Essa relação de estranhamento e de diferenças entre esses grupos ficam bem definidas em uma série de registros. Pois, “os ervateiros nem sempre eram bem vistos por serem estranhos, [...], por desconhecerem a língua alemã, por não possuírem títulos de propriedade de suas terras. Também eram indiretamente vigiados pelas autoridades policiais e administrativas: não pagavam impostos, não se ofereciam aos comissários seccionais para trabalharem na abertura e conservação de estradas, não mandavam seus filhos para a escola, não registravam casamentos e nascimentos, não tinham moradias cadastradas no “livro dos contribuintes”. Não votavam, enfim não eram cidadãos” (SCHIERHOLT, 1989, p. 221).

Eis uma declaração de bem demarcada de alguém que está bem estabelecido no território, que passa por uma oficialidade, seja de ocupação desse espaço, no caso a região colonial do RS, seja na legitimidade discursiva da época, recorrendo sempre a estigmatização do grupo que não é reconhecido. Não obstante, “a estigmatização, como um aspecto de relação entre estabelecidos e out siders, associa-se muitas vezes a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35).

Desta forma fica claro que a relação entre os Serranos e as autoridades da vila muitas vezes vai ser bem conturbada e o estranhamento se dá de parte a parte, apesar da intensa relação comercial existente, como já mencionado em relação à erva-mate.

Podemos perceber que essa relação difícil entre Serranos e a oficialidade de Santa Cruz, as vésperas da Revolução Federalista: O Intendente João Pereira Leite, “[...] cria uma força armada própria, os patriotas [...] tendo ordem de Castilhos, para não recrutar colonos estrangeiros, seja porque desconfiasse deles, seja porque deveriam produzir para ajudar na sustentação econômica da guerra civil, João Leite voltou-se para as populações caboclas da Serra, ao norte de Santa Cruz” (GERTZ, 1993, p. 47).

Muito provavelmente esses Serranos ficavam na vila após ter descido vender erva-mate, deixando família e trabalho por meses, até serem liberados novamente ou desertarem, situação essa que vai ser o estopim para desencadear durante a Revolta de 1893, sucessivos embates bélicos na região de Santa Cruz, que chega ser tomada por dois dias (09 e 10 de fevereiro de 1894) pelos Serranos, que sofrem meses depois o contra-ataque no Combate das Léguas³, envolvendo por parte dos legalistas da Vila de Santa Cruz, cerca de 700 homens, dois canhões e dezenas de mortos, numa movimentação bélica de proporção razoável para o período. Nesse caso os Serranos representavam a força maragata, de oposição aos legalistas castilhistas, que representavam o governo estabelecido no RS do período.

Essa distância se agravava mais pela precariedade das trilhas/picadas era gritante. Essas características atribuíam a Serra, características de uma espécie de esconderijo natural, ficando essa população a margem da vida cotidiana de Santa Cruz, praticamente não reconhecidos pelo Estado. Como relata o viajante alemão, Maximiliano Beschoren, que passa pela Serra de Santa Cruz no fim do século XIX, apontando que, “foragidos da lei encontram nesta mata um refúgio seguro, onde as mãos da justiça dificilmente os alcançam, torna-se também um abrigo seguro para os desertores” (BESCHOREN; ECKERT, 2010, p.10). Essa percepção de Beschoren vai dar margem assim, para uma série de narrativas que vão endossar essa perspectiva de um viajante que passa de cruzada pela Serra.

Embora essa compreensão de isolamento, apontada pelo autor acima, não se confirma devido ao intenso fluxo de germânicos na Serra e de Serranos nas proximidades da Vila no fim do século XIX, durante a Revolução de 1883, por isso enfatizamos que há para a Serra um difícil acesso e não isolamento, haja visto sua

³ Ver: COSTA, João Paulo Reis. A Revolução federalista na região de Santa Cruz: A atuação dos serranos de Zeca Ferreira. Orientação: Prof. Dr. Olgário Paulo Vogt. Monografia de Especialização em História do Brasil. 2007. Santa Cruz do Sul. UNISC. 78p.

atividade comercial constante e de certa forma, intensa. Essa visão unilateral, que se constitui historicamente como se a região de Santa Cruz apenas se constituísse a partir da instalação da colônia germânica, que gera uma narrativa estabelecida a partir de sua própria percepção do território, sob uma ótica eurocêntrica, reafirmada ao longo dos anos, inclusive por narrativas contemporâneas.

Subjugando ou minimizando a importância dos povos que aqui já existiam, como por exemplo, a população indígena que historicamente habitava essas paragens, e tão pouco é lembrada em escritas de história regional, exceto alguns artigos na área da arqueologia, por exemplo. Vale lembrar que “[...] na época do descobrimento do Brasil (por volta de 1500) a região era povoada majoritariamente pelas tribos da tradição Tupi-Guarani, que ficavam nos vales dos rios Jacuí e Pardo. Também viviam no Vale do Rio Pardo tribos Kaingangue, que se situavam em áreas mais elevadas da encosta do planalto” (VOGT, 2001, p. 70-71). Além da existência de reduções jesuíticas pelo XVII nessa região, destruídas e aniquiladas pelas bandeiras paulistas.

Assim a identidade santa cruzense e porque não dizer, regional se molda a partir da colonização oficial por imigrantes germânicos, que configuram mais tarde a elite econômica e política de Santa Cruz e região, daí a sua predominância na narrativa identitária de Santa Cruz do Sul, o que “respinga” direta e/ou indiretamente na região, haja vista que a “Serra é filha política” do território de Santa Cruz, muitas vezes perpetuada pelos próprios moradores da Serra nos dias de hoje.

5 A “marginalidade” e seus retratos

Paralelo a esse processo de formação, cresceu na Serra de Santa Cruz, um contingente humano marginal na região, que “[...] poderíamos considerá-los como sendo aqueles grupos que tem certas limitações em seus direitos reais de cidadania e pelas quais não podem participar de forma estável no processo econômico, nem na possibilidade de alcançar uma mobilidade social vertical ascendente”. (PEREIRA, 1978, p. 145-6). População essa que na historiografia vai ser invisibilizada em boa parte das narrativas ou quando aparece é na condição marginal, periférica e até perigosa, como podemos perceber anteriormente.

Cabe ressaltar aqui, que não se trata de uma simplória compreensão histórica binária de mocinhos e bandidos, de bem ou mal, mas sim de representações que perpassam as narrativas locais, formando um imaginário coletivo, que pode se reproduzir consciente ou inconscientemente nas narrativas de uma sociedade, tornando senso comum e verdade absoluta, por conseguinte. E que nesse jogo de identidades, os próprios Serranos podem se configurar de tal forma, que muitas situações foram levadas ao extremo, que percebemos ainda hoje nas manifestações cotidianas, nos bate-papos de bar ou até em representações significativas de meios de comunicação, como jornais. Vale assinalar que a linha editorial da Gazeta do Sul (jornal diário de Santa Cruz do Sul, que circula em seis exemplares por semana, pertencente ao Grupo Gazeta de Comunicações), vem ao longo dos últimos anos contribuindo de forma importante para a solidificação desse imaginário coletivo, com notícias que nos dão a impressão de que a Serra é antes de tudo, um lugar perigoso de se viver, apresentando um histórico de violência, de não-polimento nas relações, sobretudo, de um lugar de desconfiança comportamental. Vejamos uma notícia entre tantas que poderíamos aqui mencionar.

Política pode ter motivado homicídio

Gramado Xavier confirmou mais uma vez que o processo eleitoral no município não se restringe a bandeiraços e conquista de votos no corpo a corpo. **Lá, o pleito é marcado pela violência (grifo meu).** No sábado um jovem foi assassinado e a principal suspeita é de que o crime tenha sido motivado por rixas partidárias. [...] Não é de hoje que as rixas eleitorais são resolvidas na base da violência em Gramado Xavier. Em 2004 também houve necessidade de reforço policial no município, por conta de trocas de ameaças de morte envolvendo políticos e partidários. Mesmo com aumento do efetivo de segurança, pelo menos duas pessoas foram esfaqueadas em comícios promovidos no interior. Em uma delas, em meio a um acalorado bate-boca em Alto Rio Pardinho, um sócio de um candidato a prefeito foi golpeado com uma faca. Em outro, além de um

ferido, houve disparos de arma de fogo contra o ônibus da banda que se apresentava no comício, na localidade de Pinhal São Francisco (Gazeta do Sul, 06/10/2008. p.13).

Fica claro que a notícia acima se refere a uma situação injustificável sob qualquer ponto de vista, porém, fatos violentos como esses acontecem em todo e qualquer lugar, em qualquer período da história, sem possibilidade alguma de especificação local. Mas o tom determinista e afirmativo da reportagem não deixa dúvida: A Serra ainda é um lugar perigoso e o Serrano por si só ainda continua resolvendo “suas rixas” na base da faca e do tiro, alheios a qualquer possibilidade fazer uso da lei ou de qualquer outra mediação que não seja a violência ou até mesmo “civilizada”. É sem dúvida um Faroeste numa escala específica, narrado pelo referido jornal, nesta entre tantas outras reportagens que poderiam ser aqui elencadas.

O Vale do Rio Pardo, assim como em qualquer lugar do Brasil e talvez do mundo, vai ser marcado pela salutar heterogeneidade étnica e pela multiplicidade cultural. Pois os territórios são habitados a partir da mistura, consciente ou inconsciente, dos povos que o habitam e que vão se (con)fundindo uns com outros ao longo dos tempos. Portanto, a historiografia regional que por muito tempo trabalhou com o mito do “pioneirismo alemão/germânico”, alicerçado na literatura e no senso comum gerou/gera uma narrativa unilateral, que não contribui para o desenvolvimento regional, pelo contrário. Pois negar/ invisibilizar a existência de outros povos que já existiam antes mesmo da colonização é negar a história do Vale do Rio Pardo e principalmente a de Santa Cruz.

O exemplo mais simbólico desse processo histórico de negação / invisibilização, não poderia ser mais apropriado, do que o próprio hino da cidade, cantado nos rincões mais longínquo do município de Santa Cruz, inclusive na Serra desde a década de 1960, mais precisamente após 1963. O que fica evidente, por via oficial, o estabelecimento de uma narrativa unicamente germânica, invisibilizando ou negando a própria história de Santa Cruz do Sul. Vejamos o hino de Santa Cruz do Sul, com letra de: Elisa Gil Borowsky e música de: Lindolfo Rech: “Por sobre as nossas lindas terras / Loiro imigrante andou / Transpôs as nossas verdes Serras / E longe do lar chorou ... Chorou! / Mas, nosso dadivoso chão, / Como enorme coração, / Desvendou-lhe a sorrir / Mil promessas de provir. / Deus te salve, terra

amiga, / Santa Cruz fiel, / Santa Cruz gentil, / Onde reina a Paz, / Onde brilha a Luz, / Sob o lenho de Jesus ! ... / Ao sol ardente destes céus / Acenderam-se os ideais / Nas forjas surgem os troféus / E na campina em flor as catedrais / E foi brotando deste afã / Da bravura alemã / cidade crente e santa /Que sua Cruz ao sul levanta”. Um hino que só pode ser vivido no imaginário estabelecido por uma narrativa oficial, de fato.

Pois vejamos na própria formação da colônia a presença de grande número de indígenas existentes nessa região bem antes da oficial colonização. Povos esses que foram “varridos” de seu habitat por colonizadores lusos, que já tinham a posse desse território antes da colonização germânica. Reproduzindo assim, em Santa Cruz a lógica brasileira de ocupação do território, tornando ilegítimo o discurso do “pioneirismo germânico” em esfera local, bem como “pioneirismo português” na nacional, a não ser que ainda adotemos uma visão euro e etnocêntrica da história, desconsiderando os povos que já se constituíam no território desde outrora. Pois “quando chegaram, os primeiros colonos [...] Rosa, (João de Faria Rosa), para resguardar-se das investidas dos bugres, então muito abundantes, fizera cercar a sua morada pelos ranchos de seus numerosos escravos”. (MENEZES, 1914, p. 38-9).

Assim compreendemos também a importância de registrar a presença anterior à germânica em Santa Cruz da população escrava, que vão (con) viver em meio aos imigrantes na colônia, em que condições ainda depende de estudos mais aprofundados, embora exista alguns indícios que apontam para alguns caminhos, de haver escravos entre os imigrantes, o que era proibido por lei. Vejamos só:

Entre os terrenos das novas quadras, que se foram medindo para satisfazer os pedidos de concessão, mencionaremos o de nº 6 da quadra M, que foi distribuída ao *Capitão de Mato*. Essa entidade, que fazia parte da instituição de triste memória, era o preto Joaquim, por alcunha “o Gaiola”, que morava no Faxinal Velho. Gaiola costumava exibir uma medalha ou coisa semelhante, a guisa de patente de seu *honroso posto* (sic) ”. (MENEZES, 1914, p. 46).

Portanto, em rápidas linhas podemos constatar a vivência nesse mesmo espaço, seja Vila de Santa Cruz, seja a região como um todo, a presença de vários sujeitos, desde o indígena, muitas vezes referidos por “bugres” (aqui já considerado um mestiço), do negro escravo, muitos possivelmente fugidos. Além de portugueses proprietários de terras advindas das sesmarias, imigrantes germânicos, instalados na Colônia pós 1849, além de imigrantes italianos pós 1900, advindos da região de Caxias. Portanto, um mosaico multicolor e multicultural, que se aproxima em vários momentos, porém em outros se afastam, por uma série de motivos e conveniências a todos esses grupos, disputando um território, como esse caracterizado.

6 Considerações finais

Reafirmamos que a formação do Vale do Rio Pardo e de Santa Cruz do Sul se dá na relação entre esses diferentes grupos que ocupam o mesmo território, partindo da premissa formativa do Brasil: A mistura e miscigenação que aqui ocorre, são frutos das relações sociais, econômicas e culturais que aqui se estabelecem em constante trânsito, mesmo que muitas vezes pelo estranhamento e pelo embate entre os povos indígenas, lusos, negros e germânicos. Relações essas que não permite a formação de uma cultura única e/ou predominante, baseada em um ator ou grupo social apenas. Acreditamos haver sim uma cultura colonial, síntese (nunca acabada) das relações estabelecidas entre os diferentes povos que formam o Vale do Rio Pardo e Santa Cruz sobre a formação de uma cultura colonial.

[...] cultura peculiar, que se pode ser denominada de colonial. Ela reuniu e fundiu algumas tradições trazidas por imigrantes alemães de diferentes procedências, metamorfoseou outras e incorporou e modificou traços culturais já existentes no RS [...] O abandono das indumentárias seculares [...] a adoção do chimarrão como bebida, o uso de farinha de milho, arroz, do feijão preto, da mandioca, o hábito de se locomover a cavalo, são alguns dos elementos que sinalizam que os colonos tiveram de forjar para si novas regras de vida e de conduta (VOGT, 2004, p. 153-159).

Esse trabalho, de forma alguma pretende minimizar ou descaracterizar a importância deste (s) ou aquele (s) grupo (s) para a formação do Vale do Rio Pardo e de Santa Cruz, mas sim pretende fazer um apanhado geral para tentarmos compreender a formação territorial e populacional da região da Serra e da própria vila de Santa Cruz, no contexto do Vale do Rio Pardo enquanto espaço habitado. Evidentemente focamos na Serra de Santa Cruz e na população Serrana como um todo, identificando a importância de cada sujeito social envolvido na formação dessa região.

Nesse prisma regional, acreditamos ser de suma importância uma abordagem que contemple todos os grupos humanos, sem negar ou discriminar a importância de cada um desses grupos para a formação atual desse território, bem como da sua população. Pois para de fato termos um desenvolvimento regional pleno, “dito em outras palavras, para promover o desenvolvimento regional na realidade atual é preciso [...] conhecer, em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida” (ETGES, 2004, p. 363).

Assim esse mosaico populacional que se constitui o Vale do Rio Pardo, especialmente Santa Cruz do Sul e a região Serrana que este município abrange, se caracteriza especialmente por uma formação heterogênea, tanto na ocupação do território, como na formação populacional. Estando nessa premissa a grande riqueza da região, formada a partir de múltiplas contribuições, que suscita uma análise para muito além de uma suposta hierarquização étnica ou espacial dentro desse território. Contemplando minimamente um entendimento de reconhecimento no outro, inúmeras possibilidades de contribuição efetiva para o desenvolvimento regional, estabelecendo aí uma horizontalidade nas relações sociais, permeadas pelo respeito às diferenças.

Referências

BESCHOREN, Maximiliano. Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul- 1875-1887. Tradução de Júlia Schütz Teixeira. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

CORREIA, Roberto Lobato. Região: A tradição geográfica. In: CORREIA, Roberto

- Lobato. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, João Paulo Reis. A Revolução Federalista na região de Santa Cruz: a atuação dos serranos de Zeca Ferreira. 2007. 78 p. Monografia (Especialização) em História do Brasil - Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2007.
- Editoria de Polícia. Política pode ter motivado homicídio. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 06 de outubro. 2008.
- ECKERT, José Paulo. “Athe a completa extinção”- Quilombos em regiões florestais e a luta por liberdade no extremo sul do Brasil (Rio Pardo- séc. XIX). [S.l.], 2010. Disponível em:<<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/31.31.pdf> >. Acesso em: 14 jul. 2010.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os out siders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2000.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo (Org). Abrindo o baú de memórias: o museu de Venâncio Aires conta a história do município. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2001.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. REDES, Santa Cruz do Sul, v.10, 2005.
- FIRMBACH, Theodor. Santa Clara: o combate federalista. Tradução de Hilda A. H. Flores. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1995.
- GERTZ, René. Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: POSSAMAI, Zita (Org.) Revolução Federalista de 1893. Porto Alegre: Cadernos Ponto & Vírgula, 3. 1993.
- HINO de Santa Cruz do Sul. Rio grande do Sul: Nutep, 2001. Disponível em: <http://www.nutep.adm.ufrgs.br/.../hino_santacruzdosul.htm>. Acesso em: 14 jul. 2001.
- KLAFKE, Mauro. Gramado Xavier Pequena história. Sinimbu: Editora Singram, 1995.
- MENEZES, João Bittencourt de. Município de Santa Cruz do Sul. 2. ed. Santa Cruz

do Sul: Edunisc, 2005.

NICOLAZZI, Fernando. Experiência histórica e narrativa historiográfica: um diálogo entre Paul Ricouer e Reinhardt Koselleck. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 1, jan. / jun. 2005.

PEREIRA, Luiz (Org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades. 1978.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Revolução federalista no Vale do Taquari*. Lajeado: Grupo Cartel, 1989.

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2001.

VOGT, Olgário Paulo (Org.). *Cultura colonial*. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). *Abrindo o baú de memórias o museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.